

A MEMÓRIA COMO MATÉRIA PRIMA PARA UMA IDENTIDADE: APONTAMENTOS TEÓRICOS ACERCA DAS NOÇÕES DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

Mariana Jantsch Souza (UCPEL)

Resumo:

Este artigo discute a relação entre memória e identidade partindo de uma perspectiva sociológica e voltando-se para as narrativas memoriais. Rememorar é muito mais do que trazer o passado para o presente, trata-se de um instrumento para reavaliações, revisões, autoanálise, autoconhecimento e é por este caminho que a memória alcança a identidade, sendo fator chave em sua (re)construção. Memória e identidade se juntam no discurso na medida em que ambas são construções discursivas. Ao narrar-se, o sujeito mobiliza seu arsenal de experiências; põe em ação tudo o que o constitui para construir uma narrativa de si e consolidar um novo Eu. Essa narração reorganiza as experiências e os significados, fazendo surgir um Eu ancorado nessa nova ordem. Essa abordagem das noções de memória e identidade encontra aporte teórico em obras de Joel Candau, Henri Bergson, Maurice Halbwachs, Beatriz Sarlo, Michel Pollak, Stuart Hall, Nestor Canclini, Jacques Le Goff.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Narrativas memoriais.

Abstract:

This article discusses the relationship between memory and identity starting from a sociological perspective and turning to the memorial narratives. To recollect is much more than bringing the past into the present, it is about an instrument for reassessments, revisions, self-analysis, self-knowledge and its in this path that the memory reaches the identity, being a key factor in its (re) construction. Memory and identity join themselves in the discourse to the extent that both are discursive constructions. By narrating himself, the subject mobilizes its arsenal of experiences; sets in motion all that constitutes himself to construct a narrative of himself and consolidate a new I. This narration rearranges the experiences and meanings, making arise an I anchored in this new order. This approach of memory and identity notions finds theoretical support in the works of Joel Candau, Henri Bergson, Maurice Halbwachs, Beatriz Sarlo, Michel Pollak, Stuart Hall, Nestor Canclini, Jacques Le Goff.

Key words: Memory. Identity. Narrative memories.

Identidade: articulando diferenças

Jöel Candau, em seu ensaio de antropologia, intitulado *Memória e identidade* (2011), trata a questão da identidade delimitando-a, inicialmente, como um estado construído socialmente “de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o

Outro” (2011, p. 09). Trata-se, portanto, de uma elaboração social em permanente construção à medida que se molda conforme o contato estabelecido com a alteridade, é dizer, a identidade insere-se num processo contínuo que se encerra com a morte, e, como um estado, altera-se permanentemente.

No entanto, até estabelecer-se nas Ciências Humanas a ideia de identidade como um processo foi um longo percurso. De acordo com Stuart Hall, em sua obra *Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2006), inicialmente vigorava entre os homens uma concepção iluminista de identidade, a qual era pautada por uma noção individualista do sujeito. Esse era visto como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de capacidade de consciência, de ação e de racionalidade (HALL, 2006, p. 10). A identidade desse sujeito consistia em um núcleo interior que nascia com o homem e o acompanhava ao longo de sua existência, permanecendo essencialmente o mesmo.

Em seguida, evoluiu-se para uma concepção sociológica, que parte da ideia de interação entre o interno e o externo, sendo a identidade “formada na interação entre o eu e a sociedade” (HALL, 2006, p. 11). Assim, abandona-se a percepção do indivíduo como um sujeito fechado em si. Entretanto,

O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num dialogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem. A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público. [...] A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura (HALL, 2006, p. 11-2).

Essa mudança na forma de perceber o sujeito e sua identidade decorre do surgimento da noção de individualidade. O homem liberta-se do jugo da Igreja e seus dogmas e passa a ser seu próprio soberano, não dependendo mais da divindade: a valorização da racionalidade erige o homem ao centro do conhecimento. Nasce, assim, o sujeito cartesiano ou sociológico: racional e centro do conhecimento, mas ainda vinculado a uma essência imanente e inalterável, da mesma forma que o sujeito iluminista.

É com o descentramento e com o deslocamento do sujeito cartesiano que surgem o sujeito pós-moderno e a noção de identidade como um processo. Segundo a concepção pós-moderna, não há mais uma identidade fixa, essencial ou permanente. O sujeito cartesiano, dotado de uma identidade unificada e estável, é desintegrado e se torna fragmentado, “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditória e não-resolvidas. [...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas

identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12).

Nesse panorama, “a identidade torna-se uma “celebração móvel” formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2006, p. 13). É rechaçada, portanto, a ideia de essência imanente em torno da qual o Eu se unifica e se solidifica de modo inalterável.

Dessa forma, convergem as considerações de Hall e Candau no sentido de que a identidade deve ser pensada sob o signo da provisoriedade, pois, como processo que é, não permite delimitação ou estabilização, está sempre em fase de construção.

Tal mudança no modo de perceber o sujeito e sua identidade trouxe a identidade para o centro das discussões nas Ciências Humanas e Sociais. Assim, a partir do momento em que o sujeito cartesiano, estável, fixo e unificado, é desestabilizado com o surgimento da noção pós-moderna, que rompe com essa pretensa coerência e rigidez, a identidade passa a ser uma questão problemática, cercada de dúvidas e incertezas. Disso decorre a sensação de insegurança que acompanha o sujeito pós-moderno, insegurança em razão da natureza cambiante da identidade, a qual faz com que ele não se perceba mais como um ser integrado, dotado de uma essência unívoca. Isso significa, em última análise, que o sentimento de pertencimento e os referentes que fixam e integralizam o sujeito em torno de uma essência segura e estável se debilitam.

Para explicar e compreender a noção pós-moderna, Hall refaz o percurso que culminou com o descentramento do sujeito cartesiano. O autor apresenta cinco acontecimentos que aos poucos alargaram a compreensão do homem sobre si mesmo.

O primeiro acontecimento decorre das considerações teóricas de Karl Marx, que põe no centro das questões humanas e sociais as relações sociais. Em seguida, Sigmund Freud com a descoberta do inconsciente. Em terceiro está Ferdinand Saussure por revelar a impotência do indivíduo diante do código linguístico e com isso rechaçar a ideia de que o indivíduo é o centro do sistema social. Adiante, Michel Foucault com suas teorias sobre um novo tipo de poder, o chamado poder disciplinar. Por último, o movimento feminista que suscitou questões sociais até então inquestionáveis e pôs em dúvida a divisão entre dentro e fora, público e privado, abalando os referentes identitários do sujeito.

Essas transformações sociais são fruto de uma mudança estrutural que fragmenta as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, pois estes parâmetros deixam de ser fonte de referências sólidas para as identidades pós-modernas. Os

sujeitos, então, não se percebem mais como indivíduos integrados após terem sido abalados os seus referentes identitários (HALL, 2006, p. 9).

Esse processo de descentramento que o sujeito cartesiano sofreu trouxe à tona a constatação de que as identidades são formadas sempre com relação ao outro e ao grupo. Em última instância, tal situação desfez a ideia de imanência do sujeito e de sua identidade. Os indivíduos são constantemente postos em relação com o outro. A pós-modernidade revelou a alteridade como elemento constituinte do sujeito. O indivíduo é moldado diante da diferença, num processo de aproximação e distanciamento, por isso não é possível crer em identidades estáveis e consolidadas, fechadas:

as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’ – pode ser construída (HALL, 2011, p. 110).

A identidade como uma construção discursiva

O ambiente cultural e social fragmentado em que se insere o sujeito pós-moderno expõe as identidades a influências de toda ordem. Nesse cenário, segundo Hall, dentre essas influências, a principal fonte a partir da qual se constitui a identidade cultural pós-moderna é a cultura nacional. Trata-se, esta última, de um discurso que vincula o indivíduo à nação, à terra, à cultura local, localiza temporal e espacialmente o sujeito atrelando-o a esses elementos no que se refere aos processos de identificação. Portanto, como discurso, a cultura nacional produz sentidos, significados que influenciam e organizam “tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”, assim “as culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades” (HALL, 2006, p. 51).

Sob o influxo desse discurso, “estabeleceu-se que ter uma identidade equivalia a ter uma nação, uma entidade espacialmente delimitada, onde tudo aquilo compartilhado pelos que a habitam – língua, objetos, costumes – os diferenciaria dos demais de forma nítida” (CANCLINI, 2006, p. 115). Nação aqui é pensada como uma comunidade simbólica, estritamente ligada a um território e a uma comunidade linguística, “que produz sentidos – um sistema de representação cultural” (HALL, 2006, p. 49).

Diante dessa paisagem cultural sob a forma de mosaico, sujeita a todo tipo de influência, Canclini observa que “a identidade é uma construção que se narra” (2006, p. 129), ou seja, também se inscreve na ordem do discurso, assim como a cultura nacional. Todavia, essa tentativa de atrelar a identidade à nação é desestabilizada pela globalização, fenômeno social que submete as culturas nacionais a toda sorte de interação e intervenção. A globalização pode ser entendida como os processos “atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado” (HALL, 2006, p. 67). Ou, ainda, neste mesmo caminho, pode ser pensada como

um processo de fracionamento articulado do mundo e de recomposição de suas partes. Com isso quero afirmar que a globalização não é um simples processo de homogeneização, mas de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las: por isso, a multiculturalidade é um tema indissociável dos movimentos globalizadores (CANCLINI, 2006, p. 11).

Com a globalização as identidades são expostas ao contato com outras culturas nacionais, outras ideologias, pois as produções culturais não se restringem a um único espaço. Assim, a interação entre culturas produz identidades abertas, desprendidas dos referentes tradicionais de espaço e tempo, vez que essas demarcações são dissolvidas.

A globalização, portanto, interfere nos processos de construção identitária na medida em que resulta na circulação livre de pessoas, capitais, mensagens, ideologias, de modo que a identidade já não pode ser pensada e definida exclusivamente em relação a uma comunidade nacional. Torna-se híbrida, pois está constituída por esses elementos que circulam facilmente. Isso significa que “hoje a identidade, [...], é poliglota, multi-étnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas” (CANCLINI, 2006, p. 131), e por isso não pode ser associada a nacionalidades ou a uma essência original. É um processo que transcende esses limites.

Diante disso, Stuart Hall (2006, p. 69) aponta para três possíveis consequências da globalização em relação às identidades nacionais: as identidades locais se desintegram, ou seja, serão homogeneizadas; ou as identidades nacionais serão reforçadas: o local resistirá às forças homogeneizadoras; ou, ainda, as identidades nacionais entrarão em declínio e novas identidades surgirão.

Conforme expõem Hall e Canclini em suas obras em apreço, o que a globalização provoca, em última análise, é uma hibridização das identidades, que se constituem à semelhança de um mosaico cultural. Assim, no atual cenário

a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de *diferença* (HALL, 2006, p. 21).

Isso significa que as nações deixaram de ser os principais referenciais sobre os quais os processos identitários se apoiam, mas continuam a existir e a oferecer seus discursos culturais para a formação dessas identidades. Portanto, essa realidade “diminuiu a importância dos referenciais tradicionais de identidade” (CANCLINI, 2006, p. 130), pois essa deve ser pensada de forma articulada com a transnacionalização e a interculturalização produzidas pelos fenômenos globalizadores. Sendo assim, a noção pós-moderna revela-a

não como uma essência intemporal que se manifesta, mas como **uma construção imaginária que se narra**. A globalização diminuiu a importância dos acontecimentos fundadores e dos territórios que sustentavam a ilusão de identidades a-históricas e ensimesmadas. Os referentes de identidade se formam, agora, mais do que nas artes, na literatura e no folclore – que durante séculos produziram os signos de distinção das nações -, em relação com os repertórios textuais e iconográficos gerados pelos meios eletrônicos de comunicação e com a globalização da vida urbana (CANCLINI, 2006, p. 117, grifo nosso).

A identidade se apresenta, portanto, como um processo permanente influenciado pelas culturas nacionais e modelado pelos processos globalizadores, calcado na provisoriade e instabilidade, transformando-se a cada momento.

A complexidade da questão da identidade, conforme demonstrado, revela a teia intercultural e transnacional que envolve a identidade e interfere em sua formação. A partir da ciência dessa complexidade, Hall e Canclini concluem no mesmo sentido, reconhecendo que as identidades hoje são “processos de negociação, na medida em que são híbridas, dúcteis e multiculturais” (CANCLINI, 2006, p. 138), são móveis, abertas e flexíveis.

Os autores demonstram que a identidade deve ser pensada dentro do panorama social pós-moderno:

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] **Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’**. [...]

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. **A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior**, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2006, p. 38-9, grifo nosso).

Hall julga mais adequado o termo identificação por este evidenciar a instabilidade das identidades. O termo, portanto, soa mais exato para traduzir a condição das identidades pós-modernas, permanentemente sujeitas a interações e influências exteriores - sociais e culturais -, como um processo em andamento, algo eternamente em fase de acabamento:

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. [...] E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différence*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteiras’. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui (HALL, 2011, p. 106).

Assim, o fato de as identidades inserirem-se num processo traz à luz outro aspecto destacado na linha teórica adotada nesta pesquisa: as identidades são construídas dentro do discurso. O processo de formação das identidades é discursivo, pois é no plano do discurso que as diferenças são estabelecidas e as posições sociais do sujeito são determinadas e assumidas. Nesse sentido, as identidades são lidas como “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. [...] as identidades são posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’, sempre, que elas são representações” (HALL, 2011, p. 112). Toda representação convoca algo para ocupar o lugar de uma ausência, para preencher uma falta, um vazio deixado por outra coisa. A identidade, então, é construída ao longo de uma falta, “ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro” por isso as identidades não podem “ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos” (HALL, 2011, p. 112).

É no plano do discurso e das interações sociais e culturais que a identidade ou a identificação é destacada e compreendida como um processo, e é qualificada como aberta, flexível, dúctil, híbrida, móvel, conforme já ressaltado. Considerada no plano discursivo, a identidade significa um ponto de encontro, o nó que une os diversos discursos e práticas culturais a que os sujeitos estão expostos e que os interpelam, convocando-os para que assumam seus lugares sociais (HALL, 2011, p. 111-2).

Este nó, no entanto, pode ser feito de diversas formas e pode alterar-se a qualquer tempo. É este nó a identidade, a forma como o sujeito se identifica em certo momento, e com

relação a certos discursos, representa o modo como ele se posiciona diante dos discursos culturais e dos demais.

É necessário, portanto, pensar a identidade inserida no campo semântico da provisoriamente, do não acabado, do indefinido no sentido de não enquadrável numa moldura delimitadora, pois está em processo sempre, em fase de acabamento e aperfeiçoamento: é a obra que nunca se encerra. A identidade é edificada na ordem cultural, num sistema complexo de interação e articulação com o externo, com a alteridade. É esse o cerne das discussões sobre a identidade. No entanto, Hall alerta que essas articulações e interações implicam não só conformação com o externo, mas também hierarquização social e cultural.

Tal sistema de interação e articulação no qual se desenvolve o processo identitário sinaliza novamente para a elaboração discursiva das identidades pós-modernas: os discursos culturais servem de âncoras no processo de identificação.

É em razão da construção discursiva da identidade que se faz necessário recorrer à memória: é preciso revolver o passado para narrar-se, para construir uma identidade, para constituir-se como sujeito diante do outro e posicionar-se dentro do grupo. Esse, portanto, é o ponto que liga a identidade à memória e torna possível a afirmação de Candau de que “a memória é a identidade em ação”.

Adiante, observar-se-á como a identidade se relaciona com a memória. Com isso, será possível verificar que o processo de construção da identidade está inscrito em um processo memorial que envolve reconstituição de um passado, reatualizações e esquecimentos de algumas imagens pretéritas. É preciso trazer a identidade para o discurso e é a memória que o faz na medida em que permite que o sujeito narre a si mesmo.

Memória: a identidade em ação

A memória é vista como a faculdade humana responsável pela conservação do passado, das experiências vividas. Em razão disso, “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419).

Partindo dessa premissa, a questão da memória pode ser abordada sob diferentes perspectivas e seu estudo abarca, conforme explicita Jacques Le Goff, em sua obra sobre a historiografia contemporânea, *História e Memória* (2008), a filosofia, a antropologia, a

sociologia, a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia, a psiquiatria, entre outras áreas do conhecimento.

Para o presente trabalho importam os fenômenos da memória sob o ponto de vista antropológico e sociológico, voltados para os efeitos psicológicos da memória e da rememoração.

A memória será abordada como fonte de referentes identitários, como pilar a partir do qual se edificam as identidades, cujas vigas mestras são evocadas do passado, sob a forma de lembranças. Contudo, antes será necessário situar o tema da memória no plano teórico para, em seguida, refletir sobre seu caráter ressignificador e sua atuação como instrumento capaz de fazer emergir o passado como matéria-prima para a construção do presente.

Maurice Halbwachs, em sua obra *A memória coletiva* (2006), distingue memória coletiva e memória individual conforme o passado é organizado sob a forma de lembrança. Se o passado for resguardado em torno de uma determinada pessoa, que vê esse passado do seu ponto de vista, trata-se de uma memória individual, interior ou pessoal. De outro lado, se as lembranças se distribuem dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais, trata-se de uma memória exterior ou social. O autor ressalta que a memória coletiva não ultrapassa os limites do grupo e retém do passado tão somente o que ainda está vivo ou o que é capaz de viver na consciência desse grupo (HALBWACHS, 2006, p. 102).

Segundo Halbwachs, as duas memórias se interpenetram, uma vez que a memória individual incorpora e assimila progressivamente todas as contribuições que lhe são externas – oferecidas pela memória coletiva -, apoiando-se nesses elementos para preencher eventuais lacunas e tornar as lembranças individuais mais exatas.

Assim, a memória individual é influenciada pela coletiva, pois é inevitável que

para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Tais são os referentes que estruturam a memória, os quais, além de solidificarem e conferirem precisão às lembranças, combinam-se com as memórias pessoais até amalgamarem-se de modo que não haja mais distinção entre as lembranças tomadas de fora e as lembranças ditas individuais: “A memória se enriquece com as contribuições de fora que,

depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças” (HALBWACHS, 2006, p. 98).

Isso demonstra que a memória individual não está fechada em torno de si mesma, imune às influências de outras memórias, mais do que isso, é impossível utilizá-la fora da sociedade. Além disso, o recurso a referentes externos também explicita que todas as memórias estão limitadas no tempo e no espaço conforme seus referentes. Logo, para Halbwachs, a memória está em permanente interação, sendo moldada, de certa forma, pelas influências sociais e coletivas a que está exposta.

Ao encontro de tais reflexões vão as considerações de Michael Pollak, em seu ensaio *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), o qual dialoga com a obra de Maurice Halbwachs. O estudioso compreende a relação do homem com o passado em meio a conflitos entre a dimensão individual e a coletiva da memória, partilhando com Halbwachs, portanto, a observação de que a memória individual se produz na interação com o coletivo.

Nesse sentido, Pollak afirma que a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (1989, p. 9). Em outro ensaio, intitulado *Memória e identidade social* (1992), Pollak aponta três elementos constitutivos da memória, quais sejam: os acontecimentos vividos pessoalmente e os “vividos por tabela”; pessoas e personagens e, por fim, lugares. Para o autor a memória, então, se estrutura em torno desses três aspectos, com os quais o sujeito pode ter entrado em contato diretamente ou indiretamente (POLLAK, 1992, p. 3).

Halbwachs, de outro lado, também se refere a alguns aspectos que sustentam a memória. Entende o tempo e o espaço como “localizadores” das lembranças: “Quando nos lembramos [...] há um contexto de dados temporais a que esta lembrança está ligada de alguma forma” (2006, p. 124). É isso que possibilita que a lembrança tome forma, se complete e ressurgja no presente.

A esse respeito, vale citar Pierre Nora com suas considerações sobre o que chama de lugares de memória, publicadas no artigo *Entre memória e história – A problemática dos lugares* (1993). O autor trata da necessidade moderna de eleger lugares onde depositar memórias, impor a certos espaços ou objetos a tarefa de capturar a memória e deixá-la ali encerrada para a qualquer momento ser despertada pelo homem.

Nora destaca que a memória moderna “é uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta” (1993, p. 15). São esses lugares que detêm a memória e que mediam a relação do homem com seu passado, como se a memória não fosse recurso suficiente para

promover uma conexão direta entre presente e passado. É necessário algum meio material onde alojar a memória, as lembranças, por isso “os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (1993, p. 12). Em razão disso, Nora entende que os lugares de memória desvirtuam a memória e a tornam história, pois “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (1993, p. 9).

Essa apreensão e materialização da memória, contudo, é um movimento artificial que distancia o homem de suas reais lembranças e de seu passado, impede o processo evolutivo da memória e o exercício de sua função essencial de gerenciadora do passado, pois

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é **parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais**, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22, grifo nosso).

Não se pode capturar a memória, pois o esquecimento, os silenciamentos, as distorções e deformações do passado são parte de sua natureza e o homem precisa da movência memorial para seguir em frente. Por isso a memória é “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas realizações” (NORA, 1993, p. 9). São exatamente essas frestas deixadas pela memória que a caracterizam: “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente [...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, cenas, censura ou projeções” (NORA, 1993, p. 9).

Por outro lado, Henri Bergson, em sua obra *Matéria e Memória* (2006), aborda o tema da memória a partir do ponto de vista exclusivamente individual, afirmando que há dois tipos de memória, as quais andam lado a lado, apoiando-se uma na outra. Uma seria a memória da lição, a memória aprendida, fruto de um hábito. A outra é a lembrança de um acontecimento, é uma representação. Essa memória “registraria, sob a forma de imagens-lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam” (2006, p. 88). Mais do que simplesmente conservar o passado, essa memória o encena, prolonga seu efeito útil até o momento presente (2006, p. 89). Sob essa forma de memória estão registradas as lembranças espontâneas, as quais foram registradas naturalmente, sem qualquer esforço. Tal seria, para o autor, a memória propriamente dita, a qual é “coextensiva à consciência, ela [a memória] retém e alinha uns após outros todos os nossos estados à medida

que eles se produzem, dando a cada fato seu lugar e conseqüentemente marcando-lhe a data, movendo-se efetivamente no passado definitivo” (BERGSON, 2006, p. 177).

Assim, para Bergson, o homem conserva o passado sob a forma de imagens, as quais se tornam imagens-lembranças. Imagem é definida pelo autor como “uma existência situada a meio caminho entre a ‘coisa’ e a ‘representação’” (2006, p.2), ou seja, a imagem não é o objeto e também não é a representação desse objeto. E a lembrança, da mesma forma que a imagem, está entre o espírito e a matéria (2006, p. 5). Com base nessas definições iniciais, Bergson entende que não se pode falar em acúmulo de lembranças, o homem não acumula seu passado sob a forma de lembrança num compartimento de seu cérebro. A memória seria, pois, um conjunto de imagens e ao corpo não cabe armazenar lembranças, “mas simplesmente escolher, para trazê-la à consciência distinta graças à eficácia real que lhe confere, a lembrança útil, aquela que completará e esclarecerá a situação presente em vista da ação final” (BERGSON, 2006, p. 209).

Vale salientar também as considerações de Candau sobre o tema. Para o autor

a memória é acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: ‘a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele (CANDAUI, 2011, p. 9).

Candau, do mesmo modo que Henri Bergson, edifica seu aporte teórico a partir da perspectiva individual da memória, acredita que a faculdade memorial que realmente se pode atestar é a memória individual. O autor justifica sua posição definindo o que se chama de memória coletiva como uma das formas da faculdade memorial: “a expressão ‘memória coletiva’ é uma *representação*, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAUI, 2011, p. 24).

Na obra *Antropología de la memoria* (2006), Jöel Candau esclarece sua postura teórica e se posiciona a respeito da noção de memória coletiva formulada por Halbwachs. O autor entende que é mais adequado pensar em marcos sociais da memória e não em memória coletiva e, assim, reafirma sua visão acerca da memória individual e da memória coletiva:

Esta noción de marcos sociales de la memoria es mucho más convincente que la de memoria colectiva. Parece indiscutible que ‘completamos nuestros recuerdos ayudándonos, al menos en parte, con la memoria de los otros’. La reconstrucción de un recuerdo pasa por la de las circunstancias del acontecimiento pasado y, por consiguiente, de los marcos sociales o

colectivos entre los que se encuentra el lenguaje, el marco social que mayores restricciones presenta: las convenciones verbales, las simples palabras que la sociedad nos propone tiene un poder evocador y proporcionan el sentido de esta evocación como, por otra parte, cualquier ideación (CANDAU, 2006, p. 65).

A partir da noção de marcos sociais da memória, formulada por Halbwachs, Candau explicita que não existe memória estritamente coletiva ou individual, os marcos sociais fazem parte da memória individual. Com isso o autor reconhece que “Halbwachs, sin embargo, tuvo el mérito de insistir en esa imposibilidad del hombre de usar la memoria fuera de la sociedad” (CANDAU, 2006, p. 67). Sendo assim, Candau compreende a memória humana como uma faculdade individual influenciada ou moldada por marcos sociais, porém isso não torna a memória coletiva: “Estos marcos no son solamente un envoltorio para la memoria, sino que ellos mismos integran antiguos recuerdos que orientan la construcción de los nuevos” (CANDAU, 2006, p. 65-6).

Seguindo essa ideia de memória individual e marcos sociais, Candau propõe uma classificação para os tipos de memória, à semelhança da proposta de Henri Bergson.

A primeira forma de memória é a protomemória, uma memória de baixo nível: aqui estão os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade. Trata-se de uma memória “social incorporada, por vezes marcada ou gravada na carne, bem como as múltiplas aprendizagens adquiridas na infância, [...] transmissão social que nos ancora em nossas práticas e códigos implícitos, costumes introjetados no espírito” (CANDAU, 2011, p. 22). Seria, portanto, o primeiro tipo de memória proposto por Bergson, a memória hábito.

Depois, tem-se a memória propriamente dita, uma memória de alto nível, responsável pelas recordações ou reconhecimentos: “pela “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas, [...] A memória de alto nível, feita igualmente de esquecimento, pode beneficiar-se de extensões artificiais que derivam do fenômeno geral de expansão da memória” (CANDAU, 2011, p. 23).

Por último, Candau lista a metamemória. Trata-se da “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela, e de outro lado, o que diz dela, dimensões que remetem ao modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado” (2011, p. 23). É uma representação relativa à faculdade da memória, como uma “construção explícita da identidade” (2011, p. 23). É nessa representação que os marcos sociais atuam, situando o indivíduo em relação à sociedade.

Pode-se observar, então, que os teóricos abordados seguem caminhos diferentes para pensar a memória. De um lado, Halbwachs e Pollak pensam a questão situando a memória num ponto de vista coletivo, pautados pela afirmação de que a memória individual sofre interferências das memórias coletivas na medida em que recorre a referentes externos para estruturar-se e postulam, assim, a existência de uma memória coletiva e social. De outro lado, Bergson e Candau compreendem a memória a partir de uma perspectiva individual, considerando os fenômenos da memória com relação ao indivíduo e a suas recordações, pautando-se pelas representações que cada um faz do passado, ainda que elementos externos (os marcos sociais) sejam evocados para a construção das memórias do sujeito.

As considerações dos teóricos abordados podem ser sintetizadas na ideia de que a memória é o instrumento que permite a atuação do passado no presente por meio das lembranças. Assim, independentemente da perspectiva coletiva ou individual, a memória pode ser observada como fonte de referentes identitários, como instrumento atuante na reconfiguração das identidades na medida em que permite que o sujeito se apodere de imagens do passado para consolidar uma nova posição identitária. Assim abordada, a memória remete à reconstrução e à localização das lembranças, podendo ser vista como a instância reconstituidora do passado, como diz Beatriz Sarlo, em sua obra *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007).

A memória, então, traz para o momento presente as experiências passadas, gerando a sensação ilusória de que é possível reavivar o que passou, tornando o passado uma presença acessível. Essa é a impressão transmitida pela lembrança e, a partir disso, a memória atua como fonte de referentes identitários, pois “pela retrospectão o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi uma nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar a vida presente” (CANDAU, 2011, p. 15).

Logo, a função da memória seria “fundar um presente em relação com o passado”, conforme pondera Beatriz Sarlo (2006, p. 97). Nesse sentido, Le Goff considera que “a oposição entre passado e presente é essencial na aquisição da consciência do tempo” (2003, p. 13) e o mesmo se verifica com relação à memória, vez que ela pressupõe um passado, ou seja, só existe na medida em que existe o passado, que só existe para os seres conscientes do tempo, capazes de compreender o tempo e seu decurso.

Entre lembrar e esquecer: a função seletiva da memória

Resta delimitar o que se entende por lembrança. Para Bergson, a lembrança é uma imagem do passado conservada pelo sujeito. Assim, no ato de rememoração o que é lembrado não é o objeto em si ou o acontecimento em si e sim a impressão desse passado, a sensação que esse passado faz surgir no sujeito.

A lembrança não é uma imagem fiel, uma cópia do passado, nesse sentido são unânimes os autores estudados. As lembranças se reúnem, se justapõem e às vezes umas recobrem as outras, por isso a rememoração faz surgir no presente algo muito distinto do que foi no passado. Daí a fragmentariedade da memória, da reconstrução memorial – das narrativas da memória.

Bergson afirma que é “incontestável verdade de que a lembrança se transforma à medida que se atualiza” (2006, p. 159). Isso significa que há várias possibilidades de restauração da mesma imagem-lembrança e que a cada rememoração as imagens-lembranças podem assumir significados diferentes. Assim, a mesma imagem-lembrança se altera a cada rememoração.

Halbwachs também pensa a lembrança como imagem e define-a como “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada” (HALBWACHS, 2006, p. 91). O autor ilustra magnificamente o caráter instável da lembrança citando a lembrança que tem de seu pai:

Contudo, em seu conjunto, a lembrança de meu pai se transforma e agora me parece mais conforme à realidade. A imagem que eu tinha de meu pai não parou de evoluir desde que o conheci, não apenas porque, durante sua vida, lembranças se juntaram à lembranças: mas eu mesmo mudei, e isso quer dizer que meu ponto de vista se deslocou, porque eu ocupava na minha família um lugar diferente e, principalmente, porque eu fazia parte de outros ambientes (HALBWACHS, 2006, p. 93-4).

O autor afirma que, em geral, o conjunto de lembranças ou imagens de alguém ou de algum lugar não para de se transformar desde o primeiro contato: uma imagem se une a outra e se sobrepõe. Contudo, além de o objeto lembrado se alterar nesse processo de rememoração, o próprio sujeito que lembra também sofre transformações e, por isso, o ponto de vista se altera juntamente com as imagens-lembranças.

De outro lado, tendo em vista que a memória é o instrumento capaz de trazer o passado para o presente, é inevitável a seletividade da memória, que não pode evocar todas as lembranças do indivíduo, mas opera uma seleção e faz emergir as imagens do passado que

estão de acordo com as intenções atuais do sujeito, ou, como diz Candau, “a memória opera escolhas afetivas” (CANDAU, 2011, p. 69).

Pode-se pensar, então, que a memória atua como um gerenciador do passado, vez que não traz à mente do sujeito uma cópia fiel dos acontecimentos vivenciados, não encena exatamente o que o sujeito viveu. A memória recupera o passado, mas o adapta ao presente para fazê-lo atuar neste momento. Portanto, “a alteração do passado é um atributo da memória que Pierre Nora definiu como ‘a economia geral e gestão do passado no presente’. Essa gestão exige, por vezes, a criação deliberada de artifícios e artefatos memoriais [...]” (CANDAU, 2011, p. 164). Esse trabalho de gestão também envolve a administração dos significados que se atribuem ao passado.

Pollak chama essa seletividade da memória de *enquadramento*. Entende, pois, que o sujeito realiza um trabalho de enquadramento em relação ao todo de imagens memoriais, é dizer, seleciona ou enquadra algumas imagens em sua ‘visão’, focalizando umas e ignorando outras, ou evidenciando certos significados e encobrindo outros tantos que poderiam surgir a partir da mesma imagem:

Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras e de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação (POLLAK, 1989, p. 8-9).

Esse caráter seletivo implica também, no processo memorial, uma relação dialética entre lembrar e esquecer, uma vez que a memória atua como uma construção dialética entre lembrança e esquecimento, selecionando o que ressurgirá do passado num processo de negociação, conforme explica Pollak. Isso mostra, portanto, que a memória é um fenômeno construído, resultante de um trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 4).

Candau também evidencia a importância do esquecimento em relação à faculdade da memória:

[...] componente esencial de la memoria: el olvido. Solamente después de haber experimentado el olvido, los individuos son capaces de apreciar el recuerdo; los grupos y las sociedades contruyen su identidad jugando permanentemente con los dos registros: por una parte, el deber o necesidad

de memoria [...]; por otra parte, el deber o necesidad del olvido (CANDAU, 2006, p. 7).

Considerando o esquecimento como elemento inseparável da memória, pode-se pensar a rememoração como um trabalho de reapropriação do passado, no sentido de reescrita, de fazer novamente o que já foi feito. Além disso, tendo em vista que o sujeito da rememoração direciona a atuação e a evocação do passado conforme seus objetivos, o passado ressurge atualizado e ressignificado. Por isso, não se pode pensar, como já referido, em fidelidade ou exatidão das lembranças, as quais estão sempre sujeitas a reavaliações, novas versões, equívocos, distorções e, especialmente, esquecimentos.

A respeito do esquecimento e do silêncio, Pollak afirma que eles podem, por vezes, constituir estratégias de resistência à imposição de versões oficiais ou dominantes acerca de um passado. O silêncio simulando o esquecimento é um modo de não se curvar às pretensas manipulações memoriais, pois tal simulação traz outro silêncio: a silenciosa transmissão das “lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade” (POLLAK, 1989, p. 5). Assim, o esquecimento aparente é uma forma de opor-se às imposições de cunho identitário e, por isso, é também um dos caminhos percorridos no processo de construção da identidade.

Por outro lado, é preciso ter em mente que o trabalho de reapropriação do passado se apoia em resquícios a partir dos quais o processo de rememoração é realizado. Disso decorre a necessidade de conservar o passado sob a forma de vestígios, relíquias, testemunhos, discursos, isto é, pistas que permitirão a evocação e reconstrução futuras. São, pois, os propulsores do processo memorial, são eles que despertam a memória e fazem emergir as mais intensas imagens do passado.

No entanto, ressalta-se que os vestígios a que se refere Candau não coincidem com os lugares de memória de que fala Pierre Nora. Para o primeiro, trata-se de um meio de desencadear o processo de rememoração e não de uma forma de capturar a memória e torná-la intocável, paralisada, petrificada em algum objeto material. Nora entende que os lugares de memória surgem à medida que a memória tradicional se esvai e então nasce a necessidade de montar um dossiê do passado que “devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história” (NORA, 1993, p. 15).

A conservação de vestígios, no sentido preconizado por Candau, gera um patrimônio memorial, um arsenal material que “serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado, e, em particular, a ilusão de continuidade” (2011, p. 158-9). É esse patrimônio que produz o sentido de identidade e, assim, “o relicário da

memória se transforma em um relicário de identidade que se busca no passado” (CANDAU, 2011, p. 159).

A necessidade de conservar o passado e produzir um patrimônio memorial revela a incapacidade do homem de viver isolado no tempo presente, de forjar-se como sujeito alheio ao seu passado. Por isso, Candau declara que os esforços memoriais são esforços identitários: aproximam o passado do presente, fazem o homem trazer rente a si o passado, marcado no corpo e na alma. Guiados pela ânsia de conservar o passado, muitos grupos “se dedica[m] a encontrar ou fabricar tudo o que pode ter função de traços, relíquias, vestígios ou arquivos, ou seja, tudo o que permite a um grupo narrar-se a si próprio. Os traços possuem autoridade pela importância que lhes é conferida” (CANDAU, 2011, p. 159).

A memória trabalha, então, na ordenação e na releitura dos resquícios do passado, o que se consolida numa construção narrativa do passado e, conseqüentemente, da identidade:

As ‘visões do passado’ (segundo fórmula de Benveniste) são construções. Justamente porque o tempo do passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizada por procedimentos da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um continuum significativo e interpretável do tempo. Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro. Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, [...] (SARLO, 2007, p. 12).

Sarlo entende que o passado surge por meio de uma construção narrativa, isto é, a rememoração se operacionaliza por meio da narração. É nessa construção discursiva que se atribui sentido ao passado e se preenchem eventuais imprecisões das imagens-lembranças, por exemplo, e assim o passado é relido, reorganizado. Nas palavras da autora:

O ‘vazio’ entre a lembrança e aquilo que se lembra é ocupado pelas operações linguísticas, discursivas, subjetivas e sociais do relato da memória: as tipologias e os modelos narrativos da experiência, os princípios morais, religiosos, que limitam o campo do lembrável, o trauma que cria obstáculos à emergência da lembrança, os julgamentos já realizados que incidem como guias de avaliação. Mais que de um vazio, trata-se de um sistema de defasagem e pontes teóricas, metodológicas e ideológicas. [...] É um vazio cheio de retórica e de avaliação (SARLO, 2007, p. 99).

Segundo observa Candau acerca da narrativa memorial, nesse processo de preenchimento dos vazios citado por Sarlo, há também a reformulação de algumas das personagens que povoam a memória do sujeito: “A prosopopeia memorial apresenta varias características de *Exemplum*: idealização, personagens-modelos nos quais são mascarados os

defeitos e enaltecidas as qualidades, seleção de traços de caráter julgados dignos de imitação, [...]” (CANDAUI, 2011, p. 143).

Diante das abordagens teóricas expostas e das reflexões apresentadas, entende-se a memória como o mecanismo para construir o passado no presente, pois, a cada evocação do passado, o presente o colore com tons diferentes, conforme as cores do momento atual. A produção de significados da memória se faz no presente, no momento mesmo da rememoração, por isso está sujeita a reavaliações e o significado atribuído a um evento passado pode ser alterado a cada rememoração: “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLLAK, 1992, p. 4).

Trata-se, então, de reviver o passado no presente e, com o olhar do presente, pensar sobre o que passou. Trata-se de reavaliar, como num exercício de autocrítica, e por isso compreender o passado de outra forma, depois conservá-lo numa nova versão e a cada rememoração realizar esse trabalho. Em razão disso,

O aspecto fragmentário do discurso da memória, mais que uma qualidade a se afirmar como destino de toda obra de rememoração, é um reconhecimento exato de que a rememoração opera sobre algo que não está presente, para produzi-lo como presença discursiva com instrumentos que não são específicos do trabalho de memória, mas de muitos trabalhos de reconstituição do passado [...]. O aspecto fragmentário não é uma qualidade especial desse discurso que se vincularia com seu ‘vazio’ constitutivo, mas uma característica do relato, de um lado, e do caráter inevitavelmente lacunar de suas fontes, de outro (SARLO, 2007, p. 99).

Rememorar é muito mais do que trazer o passado para o presente, trata-se de um instrumento para reavaliações, revisões, autoanálise, autoconhecimento e é por este caminho que a memória alcança a identidade, sendo fator chave em sua (re)construção.

Dessa forma, pautando-se pela ideia de que a memória é um dos pilares em que se funda a identidade e que, por isso, todo ato memorial apresenta intenções identitárias, a memória é abordada como “‘comportamento narrativo’, que se caracteriza, antes de mais nada, pela sua função social, pois se trata de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo”, conforme pondera Jacques Le Goff (2008, p. 421). Com isso, aproxima-se memória e linguagem, no sentido de que

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada

ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória (LE GOFF, 2008, p. 421).

O discurso como ponto de articulação entre memória e identidade

Partindo das perspectivas teóricas apresentadas acerca das noções de identidade e de memória, faz-se necessário abordar a relação entre esses dois fenômenos.

Candau desvela essa relação de forma objetiva, afirmando que a “memória é a identidade em ação” (2011, p. 18). A faculdade mnemônica é entendida como uma das fontes a partir das quais as identidades se edificam, pois “[...] vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (2011, p. 16).

A memória é, assim, um dos pilares em que se funda a identidade. Por isso, todo ato memorial apresenta intenções identitárias, na medida em que conferir um sentido atual ao passado, pautado pelas preocupações do presente, é necessariamente um trabalho de revisão crítica do passado e de si mesmo: “não existe um verdadeiro ato de memória que não esteja ancorado nos desafios identitários presentes” (CANDAU, 2011, p. 150). Isso ocorre no plano individual, segundo Candau, pois os atos memoriais, de evocação e de restauração do passado em geral, constituem um “trabalho de reapropriação e negociação que cada um deve fazer em relação a seu passado para chegar a sua própria individualidade” (2011, p. 16). Memória e identidade revelam-se, então, fenômenos imbricados, amalgamados, que

se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até o momento de sua dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente (CANDAU, 2011, p. 19).

Conforme já apontado, a memória redonda num relato, num discurso, pois ganha forma à medida que é narrada. Contar o passado, narrar-se, no entanto, não é uma necessidade espontânea. A narração memorial surge como resultado de alguma tensão, num momento de conflitos e incertezas associados à identificação. Para Pollak, essa narrativa se faz em uma situação de justificação social ou de construção de você mesmo, pois “uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse” (1992, p. 13).

Somente quando a identidade é posta em dúvida é que se faz necessário recorrer à memória e à narrativa memorial para construir ou (re)afirmar uma identidade: “A busca

memorial é então considerada como uma resposta às identidades sofredoras e frágeis que permitiria ‘apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível’” (CANDAU, 2011, p. 10).

As narrações de vida refazem discursivamente toda a trajetória do sujeito, guiadas por interesses nitidamente identitários. Não são, portanto, atos de rememoração despreziosa ou aleatória e, por isso,

[as histórias de vida] devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução *a posteriori*, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre os acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLAK, 1989, p. 13).

Diante disso, é inegável o papel modelador da memória em relação à identidade, pois o que é objeto de rememoração, a forma como é lembrado e o significado atribuído ao passado, no presente determinam o modo como a identidade será reconstruída, reafirmada. Isto é, a memória promove uma revisão autocrítica que interfere na maneira como o indivíduo se percebe, como se mostra aos demais e como se deixa perceber, ou seja, a memória influencia na forma de identificação do sujeito.

Candau alerta, contudo, para o fato de que essa relação entre memória e identidade é uma via de mão dupla, pois, enquanto a memória intervém na construção identitária – determinando o que será lembrado, como o será e quais significados serão atribuídos –, a identidade também intervém no processo rememorativo, atuando nos mesmos pontos:

Por outro lado, uma vez que os quadros sociais da memória orientam toda a evocação, a anamnese de todo o indivíduo dependerá daqueles que lhes são contemporâneos: ele oferecerá, portanto, uma visão dos acontecimentos passados em parte transformada pelo presente ou, mais exatamente, pela posição que ele próprio ocupa nesse presente. Da mesma forma que para reler um livro com a mesma disposição com que se leu na infância seria necessário esquecer tudo que se viveu desde então e reencontrar tudo o que sabíamos naquele momento, a pessoa que desejasse reviver fielmente um acontecimento pertencente a sua vida passada deveria ser capaz de esquecer todas as experiências posteriores, incluindo aquela que estivesse vivendo no momento da narração. Essa coincidência perfeita entre o “eu narrador” e o “eu narrado” é, evidentemente, impossível (CANDAU, 2011, p. 75).

Ao abordar essa relação indissociável, Pollak (1992) entende que a atuação da memória na construção da identidade baseia-se em três elementos que estruturam a identidade. O primeiro é a unidade física; trata-se do “sentimento de ter fronteiras físicas, no

caso do corpo da pessoa, ou fronteira de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo” (1992, p. 5). Assim, o primeiro aspecto identitário é a individualização, o sentimento de unidade: é preciso separar o sujeito dos demais para consolidar uma identidade.

Depois, a memória confere à identidade a sensação de continuidade no tempo, “no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico” (POLLAK, 1992, p.5). É por meio da faculdade mnemônica que o sujeito adquire a consciência da duração, como afirma Bergson (2006). A consciência da passagem do tempo permite que o sujeito atribua sentidos às experiências vividas que o passado e a própria existência possam significar. A memória viabiliza, assim, a cristalização de valores e de tradições, que está estritamente ligada ao sentimento de pertencimento, à sensação de unidade e à demarcação de fronteiras individuais e coletivas. Candau também observa que essa sensação gerada pela memória é responsável pela produção de sentidos na medida em que “no puede haber memoria sin identidad, pues la instauración de relaciones entre estados sucesivos del sujeto es imposible si este no tiene a priori conciencia de que este encadenamiento de secuencias temporales puede tener significado para él” (2006, p. 116).

Por fim, há o sentimento de coerência que corresponde, em última análise, à unificação dos elementos constituintes do sujeito, ou seja, faz com que o sujeito perceba “que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados” (POLLAK, 1992, p. 5). Dessa forma, pode-se considerar a memória como “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 5).

Nesse cenário, em que a memória se faz instrumento para a construção identitária, a memória familiar é o primeiro recurso de que o sujeito se vale. Esse é o ambiente em que o indivíduo encontra seus primeiros referentes. A família é o primeiro grupo no qual o sujeito é inserido, por isso é onde inicia sua socialização e as lembranças mais íntimas nascem e são alocadas. É nesse grupo, pois, que o sujeito recebe as primeiras memórias compartilhadas e incorpora em sua bagagem memorial as lembranças herdadas do grupo e vivenciadas com ele, as quais são impregnadas de sentidos identitários. São essas primeiras lembranças que enraízam o sujeito à família e assim surge o sentimento de pertencimento – com relação à comunidade familiar, ao espaço, à cultura e às práticas do grupo. Nasce nesse ambiente a sensação de unidade, quando o sujeito toma consciência de sua individualização, percebendo-se como indivíduo com existência independente e autônoma. É a partir das experiências nesse

grupo, portanto, que se produz a consciência das fronteiras que delimitam os sujeitos e os grupos e moldam as identidades.

A memória familiar também apresenta implicações no processo de reapropriação do passado, o que reforça a influência da família no plano identitário. Essas memórias interferem na reapropriação e ressignificação das memórias compartilhadas e dos significados coletivos consolidados no seio familiar e que moldaram a identidade do sujeito da rememoração, conforme observa Candau (2011). Assim, as identidades pessoais encontram no grupo seus referenciais, a partir dos quais cada membro elabora uma posição identitária diferente, individualizando-se, na medida em que

as lembranças pessoais agregam às narrativas coletivas “a evocação das experiências íntimas que conferia à epopeia de um grupo a dimensão singular da experiência pessoal”. Mas mesmo no caso de conflitos que podem ir até a ruptura definitiva, a memória e a identidade pessoal devem sempre compor com **a memória familiar, que é uma memória forte, exercendo seu poder para além de laços aparentemente distendidos. Solidariedades invisíveis e imaginárias vinculam sempre um indivíduo a seus ascendentes: a memória familiar é nossa “terra”,** de acordo com os termos de um informante de Anne Muxel, é uma herança da qual não podemos nos desfazer e que faz com que, como diz Rimbaud, percorramos lugares desconhecidos sobre os traços de nossos pais (CANDAU, 2011, p. 141, grifo nosso).

A memória mobilizada para reformular ou reafirmar uma identidade pressupõe a memória familiar, pois envolve o trabalho memorial de organização e releitura do passado compartilhado pela família. Implica, assim, unificação do passado em torno do sujeito, que se põe em relação com o outro, de forma a perceber as diferenças e as fronteiras entre o Eu e o Outro. Dessa forma, a narrativa biográfica perpassa a familiar, pois é no espaço familiar que estão as bases identitárias do sujeito. É nesse espaço que inicia, pois, o processo de diferenciação, e também onde as primeiras delimitações identitárias são elaboradas. É, portanto, onde nasce a consciência da individualidade. Candau entende que, assim percebida, a memória familiar é “ao mesmo tempo a consciência de uma ligação e a consciência de uma separação” (2011, p. 141).

Neste caminho, compartilhando da abordagem de Candau (2011) acerca da memória familiar, Pollak refere-se à memória herdada: as memórias transmitidas de geração para geração, dentre as quais as familiares, são as principais. Essas memórias são, para o autor, as mais importantes fontes de conexão entre memória e identidade:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada,

podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado em seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 5).

A memória familiar se mostra, portanto, como um dos fatores de união entre memória e identidade por mobilizar as lembranças compartilhadas, nas quais se apoiam os saberes coletivos, as origens comuns e outros referentes. Esse é o princípio do vínculo entre memória e identidade: a consolidação da segunda enraíza-se em processos memoriais e as buscas memoriais em interesses identitários, num fluxo de interação constante. De fato,

É (...) [n]a memória genealógica e familiar que o jogo da memória e da identidade se dá a ver mais facilmente. O conjunto de lembranças que compartilham os membros de uma mesma família, observa Halbwachs, participa da identidade particular dessa família. Apesar das diversas tentativas de fixação dessas memórias (registros, árvores genealógicas, brasões, etc.), a busca identitária movimenta e reorganiza, regularmente, as linhagens mais bem asseguradas, jogando em permanência com a genealogia naturalizada (“relacionada com o sangue e o solo”) e a genealogia simbolizada (constituída a partir de um relato fundador) (CANDAU, 2011, p. 137).

A rememoração permite, portanto, o estabelecimento de laços de pertencimento determinantes para a construção identitária; por isso Candau entende que a memória modela o sujeito e, ao mesmo tempo, é por ele modelada (2011, p. 16). Assim, é a dialética da memória e da identidade que “se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento” (Candau, 2011, p. 16).

Sendo assim, a construção identitária mobiliza necessariamente o arsenal memorial do indivíduo e a busca memorial apresenta viés identitário. Essa relação de mão dupla, no entanto, é marcada por conflitos entre o que deve ou não compor o processo memorial-identitário. Envolve, assim, o confronto e a escolha de versões do passado. A imbricação observada, portanto, se configura em meio a conflitos e tensões, pois

Toda persona que recuerda domestica el pasado pero, sobre todo, se apropia de él, lo incorpora y lo marca con su impronta, etiqueta de memoria manifiesta en los relatos o memorias de vida. A memorias totales le corresponden identidades sólidas; a identidades fragmentarias, memorias dispersas. [...] la memoria consolida o deshace el sentimiento de identidad (CANDAU, 2006, p. 117).

O passado é domesticado porque é acessado somente sob a forma de um relato e, ao ser mediado pela linguagem, é impregnado pelas intenções do sujeito da rememoração, que apresenta em sua narrativa do passado a sua visão ou a sua versão desse tempo. Nesse mesmo sentido, Beatriz Sarlo percebe o passado como uma construção discursiva (2007, p. 12), por ser compreensível à medida que surge organizado sob a forma narrativa, a qual permite a atribuição de significado às imagens mnemônicas.

Antes disso, no entanto, o sujeito da rememoração seleciona o que comporá a reconstrução do passado, escolhe algumas lembranças e exclui outras. É nesse instante que começa a domesticação do passado: “Concientemente o no, los individuos y las sociedades siempre dieron forma a las representaciones de su propio pasado em función de o que estaba en juego en el presente” (CANDAU, 2006, p. 122).

Nesse percurso, em que as imagens mnemônicas são mediadas pela linguagem para adquirir sentido, é que a identidade é moldada e, por isso, se enraíza em um processo memorial. Um ato memorial mostra-se, então, “una aventura personal o colectiva que consiste en ir a descubrirse uno mismo gracias a la retrospectión. Viaje azaroso y ¡peligroso!, porque lo que el pasado les reserva a los hombres es indudablemente más incierto que lo que les reserva el futuro” (CANDAU, 2006, p. 123).

Rememorar, portanto, é um trabalho empreendido para revisitar e revisar o passado, mas que está calcado no presente e por isso é também uma forma de revisar o agora. Dessa forma, narrar-se pode ser percebido como um trabalho de reler-se: ler novamente conferindo outros sentidos. Este é o ponto crucial da relação entre memória e identidade, a qual ganha forma por meio do discurso, pois, para conferir significado ao tempo vivido e à bagagem de experiências do sujeito, é preciso dar forma a esse tempo.

Assim como a memória, a identidade também é uma produção discursiva e, do mesmo modo, é algo que existe à medida que ganha forma por meio da linguagem, conforme assevera Hall (2011, p. 109). Canclini entende a identidade neste mesmo sentido, observando que “a identidade é uma construção que se narra” (2006, p. 129), daí a importância das histórias de vida, do relato de si mesmo:

Elas [as identidade] surgem da narrativização do eu, mas da natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a “suturação à história” por meio da qual as identidade surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantástico (HALL, 2011, p. 109).

Memória e identidade se juntam no discurso na medida em que ambas são construções discursivas. Ao narrar-se, o sujeito mobiliza seu arsenal de experiências; põe em ação tudo o que o constitui para construir uma narrativa de si e consolidar um novo Eu. Essa narração reorganiza as experiências e os significados, fazendo surgir um Eu ancorado nessa nova ordem.

Ao reorganizar o passado por meio do discurso, algumas experiências são deixadas de lado, apagadas, modificadas, distorcidas, e outras recebem destaque, são intensificadas, por isso tem-se um novo sujeito. Nesse processo, o sujeito da rememoração, vale ressaltar, posiciona-se, por vezes, como alguém externo que relata não como protagonista, mas como testemunha. Essa testemunha é o Eu do presente olhando para o passado e lendo-o com olhos atuais, que colorem o tempo vivido com as cores do presente.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **Matéria e memória** – ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos** – conflitos multiculturais da globalização. Trad. Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro. Ed. Uerj, 2006.

CANDAU, Joël. **Antropología de la memoria**. Trad. Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

_____. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 207-233, 419-476.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. Revista Projeto História, São Paulo PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Artigo recebido em 10-03-2014

Artigo aprovado em 01-07-2014